

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
Vol. 35 (4)

ACTAS VIII



1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

GENTE REMOTA*

por

Miguel Vale de Almeida**

Há milhares de anos, seres humanos retrataram em rochas as imagens daquilo que para eles tinha importância, fazia sentido, aquecia a alma e dava a ilusão de agirem sobre o mundo. Um resto desse gesto tem agora o nome de gravuras de Foz Côa. Na época em que foram feitas, nem o local se chamava Foz Côa, nem a língua falada por esses homens e mulheres era português. Só milhares de anos depois surgiria Portugal, e depois Descobrimentos, cuja memória é zelosamente preservada por todos, do Governo às criancinhas das escolas.

A polémica em torno das gravuras e da barragem é absurda. Por uma razão muito simples: é que nem devia ter havido polémica. Esperar-se-ia que fosse evidente, para não dizer automático, que, uma vez descobertas, fosse abandonada a ideia da barragem e se sentisse em relação a este património um entusiasmo no mínimo igual ao que as entidades sentem em relação aos Descobrimentos.

Mas não. É que temos aqui um problema cultural mais profundo. O PÚBLICO divulgou um inquérito que correlacionava o grau de instrução com a vontade de preservação das gravuras. Nesse caso, só se pode concluir que no IPPAR e no Governo a instrução é pouca. O problema cultural não se fica por aqui. No meio do torpor cultural que devia fazer com que a nossa idade se chamasse, ela sim, “da Pedra”, investe-se na eterna celebração dos Descobrimentos. Provavelmente já se gastou mais dinheiro nas suas celebrações do que se perderia não construindo a barragem. Ao Estado interessa celebrar os Descobrimentos porque a sua mitologia contribui para o reforço do Estado-Nação, da sua afirmação no mundo, e na criação de uma compensação afectiva para a decadência. Triste desculpa: um país devia afirmar-se por ser culto, democrático e igualitário, e não pelo seu passado mercantil ou colonial.

* Publicado no jornal *Público*, de 26-02-95.

** Antropólogo. Professor do ISCTE (Lisboa).

Existe em Portugal um senso comum generalizado, desde o século XIX, em torno dos Descobrimentos. Quase sempre sem o mínimo sentido crítico sobre o que eles constituíram para “os outros”. Se há uns anos se celebrava a glória do império, hoje a correcção política pós-integração europeia obriga ao elogio da vertente “encontro de culturas”. Esta expressão, em si positiva, é no entanto usada como um fetiche. É uma expressão a que não corresponde nenhum conteúdo. Basta ter visto uma exposição promovida pela Igreja Católica, intitulada... “Encontro de Culturas”: um panegírico do sofrimento dos missionários às mãos de algozes selvagens. Nela não havia nada sobre “encontros”, sobre qualquer coisa das outras culturas que os missionários tivessem aprendido, incorporado e trazido de volta. Na base de uma mentira, perpetuava-se a ideia de uma qualquer superioridade, mascarada com a falácia da vocação universalista.

Na televisão (na do Estado, não da Igreja) passa uma série chamada Gente Remota, estranhamente elogiada pelos críticos. Diz-se documental, mas não passa de reportagem. Está cheia de olhares turísticos, de vozes “off” declamando textos gongóricos, de mau gosto e péssima sintaxe; sem plurivocalidade, só dá a voz a meia dúzia de relíquias que, em paragens exóticas, falam português, e deleita-se sempre que há traços de “presença portuguesa”. Do sentido contrário, o de lá para cá — nada. Gente Remota devia ir às obras do metro, ouvir de viva voz o que têm os guineenses a dizer sobre a sua vida. Então sim, seria um documentário.

Os descobrimentos tiveram como resultado a criação dos países mais pobres do mundo e uma guerra eterna? Não faz mal. Em nome de uma invenção cultural, tudo vale, até falar em encontro de culturas — se for essa a expressão da moda. Do mesmo modo que, em nome de um progresso fontista, uma barragem é melhor do que umas gravuras que não falam de Portugal; uma ponte mal localizada é melhor do que a preservação ecológica, coisa de bichos e plantas; uma emigração que envia cheques não é celebrada como “gesta” e “encontro de culturas” porque é feita de subjugados e não de subjugadores; e os imigrantes dos PALOP não são agentes de encontro cultural, mas mão-de-obra.

No meio desta tristeza, valham-nos os estudantes de Foz Côa e as associações ecologistas (não o oportunismo de Mário Soares com a ponte), e os brasileiros e cidadãos dos PALOP que se estão nas tintas para nós. É que, a continuarmos a iludir-nos, seremos nós que não passaremos de gente remota.

COMPROMISSO COM O CÔA*

por

Vítor Oliveira Jorge

Desde 1989 que trabalho em Vila Nova de Foz Côa, apoiando a minha mulher e colega, Susana Oliveira Jorge, na direcção das escavações de um dos mais notáveis povoados pré-históricos de Portugal: o do Castelo Velho, na freguesia de Freixo de Numão. Trata-se de um sítio com muralhas e bastiões, que fica num esporão de onde se avista uma vasta paisagem, para sul, incluindo a Serra da Marofa e, evidentemente, o “canyon” do Côa. A grandiosidade e nobreza daquela paisagem, nas cambiantes por que vai passando ao longo das estações e dos dias, marcam uma pessoa para sempre. Por vezes, ao fim da tarde, a vila de Foz Côa brilha silenciosamente, enquanto a noite já se anuncia nas pregas arredondadas do xisto, acentuando-as sensualmente, a perder de vista. Trabalhámos ali muitos dias até ao pôr do sol, com razões científicas muito fáceis de enunciar, mas no fundo motivados por algo de mágico que existe nestes lugares; quando a nossa equipa, na pressa de tomar banho e de comer, nos abandonava, sentávamo-nos nas muralhas, como que impossibilitados de partir. Precísávamos talvez de nos despedir do dia, quando as palavras e os risos se afastavam para longe. Ainda assim aconteceu no último mês de Setembro, durante o qual visitámos de novo as pedreiras do Poio, onde se extrai um xisto negro, em placas, e de onde se avista o Côa e o paredão da ensecadeira da projectada mega-barragem. Estávamos longe de imaginar que ali em baixo, nas fragas xistosas situadas a poucas centenas de metros, começava um dos maiores e mais antigos complexos artísticos do mundo.

É certo que já em 1991, alertados por Francisco Sande Lemos, da Universidade do Minho (autor da parte patrimonial do Estudo de Impacto Ambiental realizado em 1990), havíamos procurado vestígios de arte pré-histórica no vale do Côa, no troço fronteiro à aldeia de Algôdres, já no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Tratava-se de abrigos com pinturas esquemáticas, antropo-

* Publicado na brochura *A Phala*, Lisboa, Assírio & Alvim, n.º 43, Março 1995. O texto original sofreu pequenas adaptações.